

O FATO COLONIAL NA “A AMAZÔNIA MISTERIOSA” DE GASTÃO CRULS

Doutorando Cláudio Silveira Maia¹ (UNESP)

Resumo:

*Considerando o contexto histórico do Brasil em fins do século XIX e inícios do século XX, verifica-se um país politicamente independente, mas cultural e economicamente ainda dependente de metrópoles que se fizeram impérios sob o signo da neo-colonização. Nesse sentido, acreditamos ser pertinente uma releitura do romance **A Amazônia misteriosa** (1925) de Gastão Cruls, cuja narrativa transfigura algumas tensões advindas da relação entre o neo-colonizador e o neo-colonizado. Destarte, esta proposta de releitura de **A Amazônia misteriosa** comparecerá no diálogo com algumas reflexões da teoria pós-colonial, o que permitirá reconhecer, na narrativa crulsiana do romance assinalado, vozes insurgentes e derogatórias da neo-colonização, bem como um artista comprometido com uma produção crítica e identitária de um sujeito que se deseja livre e participante do processo de construção da soberania nacional.*

Palavras-chave: Gastão Cruls, Pós-colonialismo, **A Amazônia Misteriosa**

Introdução

Esta leitura sob a ótica pós-colonial de **A Amazônia misteriosa**, romance escrito pelo brasileiro Gastão Luis Cruls durante o curso da primeira guerra mundial, sugere ao leitor contemporâneo uma leitura de desapropriação do estigma imperial, da qual se deduz um texto adutor da não-recolonização, portanto representante de uma literatura crítica ainda do Brasil dos dias de hoje. Nesse sentido, a abordagem proposta favorece a investigação da resposta dada ao neo-colonizador, sujeito que continua a linhagem do colonizador primitivo, por um autor que experimentou no Rio de Janeiro, no Nordeste e na Amazônia brasileiros a degradação de culturas locais pelo **neo-colonialismo** — termo que designa a influência econômica e cultural exercida pelo poder imperial sobre ex-colônias políticas, corroborando a atitude colonialista e o sentido original do termo **colonialismo**. Além disso, propicia o resgate de textos que o poder colonial, perpetuado no Brasil por uma estirpe política que se revezava no poder, escondia ou desmerecia porque denunciavam e ameaçavam a ordem neo-colonial existente, revelando a arrogância e as vergonhas da colonização.

1 O fato colonial

Nesse momento, se fazem necessárias algumas considerações sobre os sujeitos que compõem o fato colonial: o colonizador, o colonialista e o colonizado em duas instâncias específicas. Considerando-se, pois, a instância do Brasil-colônia, os sujeitos, na ordem anteriormente assinalada, figuram o fato colonial, sendo o colonizador o português, o colonialista o seu herdeiro e o colonizado o nativo, o escravo e o mestiço. Considerando-se, por sua vez, o Brasil enquanto uma neo-colônia, sendo esta a perspectiva que mais nos interessa, o fato colonial passa a ser figurado pelo estrangeiro imperialista em lugar do colonizador português, pelo mesmo colonialista — agora membro da burguesia nacional, mas tido pelo neo-colonizador como também colonizado, e pelo colonizado natural

¹ **Cláudio SILVEIRA MAIA, Doutorando**

Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara (FCLAr/UNESP)

E-mail: silveiramaia@hotmail.com

— identitário das mesmas composições étnicas do Brasil-colônia, mas acompanhado, desde o último decênio do século XIX, por trabalhadores braçais imigrantes. Dessa forma, estas preliminares têm o objetivo de situar o leitor no contexto histórico do entre-séculos XIX-XX, cuja conjuntura de dependência econômica e cultural, além de resquícios da colonização propriamente dita, demarcam um Brasil neo-colonizado.

Assim, se pensarmos o fato colonial na instância da neo-colonização, e pudermos capturar o pensamento do colonialista, há que se perguntar que traumas aturdiram esse sujeito da colonização, ao descobrir o grave defeito de haver-se educado na Europa, de estar educando seus filhos na Europa; lugar esse de hábitos muito diferentes dos seus e que pedia, incondicionalmente, a negação de uma cidadania brasileira através da aclamação da superioridade européia nos costumes, na educação, na cultura. O colonialista descobre, enfim, que sua integração às tradições européias foi apenas deslumbramento dos sentidos, um encantamento mágico, uma vez que tal integração nunca foi de interesse das metrópoles imperialistas. Ainda hoje não o é, pois esses redutos do imperialismo apenas se esforçam e disputam por uma continuidade ou aumento da influência sobre as antigas colônias políticas. Caprichosamente, a educação do colonialista na Europa serviu a fins despóticos, instituindo a burguesia nacional a manter um estado de espoliação na ex-colônia.

Não obstante, porém, educado na Europa ou segundo os padrões da tradição eurocêntrica, o colonialista se perceberá, já nos primeiros anos do Brasil independente, envolvido pelo desprezo de seus consortes e pela saudade dos adornos da fatídica adoção, fazendo eco com os que se amontoavam famintos e ignorantes nos cortiços urbanos, licenciosamente miseráveis pelo capitalismo industrial e colonizador; mas não sem que antes se consolidassem na colônia as capitais da promiscuidade, das superstições e das crendices.

Ademais, a recorrência dos ardis da burguesia nacional, classe formada pelo contingente de colonialistas: oportunistas cujo único ideal é o de ostentação do poder, — contribuiu, pois, de duas formas para o comiseramento e a amputação da auto-estima do colonizado **natural**: trouxe o mito da miscigenação como responsável pela degradação da raça bandeirante; e o mito do caipira enquanto eterno imprestável incapaz de fazer progredir seu pedaço de chão. Outrossim, é a figuração do burguês da colônia que mais instigará e fará o autor de **A Amazônia misteriosa** constrangido em face de uma inteligência emancipadora de todos os juízos, ao mesmo tempo tola, preconceituosa e ignorante em suas atitudes e expressões fisionômicas no contato com o outro: o índio, o negro, o mestiço e mesmo o branco colonizados.

Esse temperamento, aliás tão ao gosto da hipocrisia da sociedade romântica, foi talvez o mais importante polímero do desconsertamento da expressão crulsiana, que foge ao lirismo empenhado pelo artista romântico em seu gênio de subjetividade, egotismo e desconfiança da realidade. A propósito, Gastão Cruls desobriga-se da beleza enquanto expressão literária que faz artística — aos moldes de Platão — a expressão humana. Ele questiona, deveras, não só o conceito do Belo, mas também a similitude entre homem, humanidade e humano. Com efeito, sua expressão é uma expressão dos abjetos, das incoerências e também das singularidades que performam um mundo dividido entre homens que dominam e homens dominados.

Ainda que sem razão, ou, por essa mesma razão, da qual não se poderia ter razão alguma, o escritor Gastão Cruls é um escritor da noite e do calvário no cérebro humano povoado de males, pragas e maldições sublimados de todos os complexos da colonização, desde as mais longínquas e ancestrais narrativas. Dessa forma, o olho de vidro crulsiano, que nunca dorme, vislumbra o pensamento do colonizador, do qual dissecar imagens de uma idéia segundo a qual o colonizado devia estar sempre disposto a servir. Interessante como esse recado faz uma sonora apologia à cristianíssima educação, circunspecta, bem o sabemos, na educação clausural de certas famílias na capital da República do século XIX.

Na voz do narrador de **A Amazônia misteriosa**, pois, em tom jocoso e de jugular cinismo, expõe-se a opulência do burguês, a corrupção na sociedade colonial, a desgraçada sorte da plebe e a conseqüente ruína nacional. Parece-nos, pois, que os cantos de glória, solfejados pela história da independência do Brasil, soam risíveis, como as sátiras aspiradas pelos parvos da corte a cabo de um pseudo-feudalismo português, logo tornado promíscuo, em virtude das fábulas e parábolas que envolveram a história da colonização e da neo-colonização no Brasil.

O fato é que a cultura na colônia estava, desde o princípio, destinada a ser híbrida e exprimida numa linguagem àquele tempo irreconhecível. Aliás, já Anchieta nos havia dado exemplo de um bilingüismo tupi-português em sua notável poemática, ainda carente de estudos mais profundos. Destarte, os processos de colonização e neo-colonização do Brasil tornaram ainda mais difícil a formação e a assimilação de uma cultura genuinamente nacional, criando pedaços de sentimentos e conhecimentos do cotidiano e da memória na colônia, ao que se reservava o direito de arbitrar aquilo que faria ou não parte da cultura brasileira. Se pudesse ser olhada através de um caleidoscópio, a nossa cultura seria um amontoado de traços caricaturais para enleio do colonizador envernizado do cosmopolitismo e da filodramaturgia europeus.

Notoriamente, nas cartas de Antonio Torres a Gastão Cruls, comentadas em nossa dissertação de mestrado (MAIA, 2005), bem como nos textos críticos de Cruls vindos à ocasião, lembramos que o desencanto com a sociedade geral do Brasil era um sentimento observado por todos os sentidos, quer nas artes ou na vida quotidiana e real. Entre os intelectuais, em especial os decadentistas, aguçava-se o pessimismo e o enjôo diante de um quadro social covardemente separatista, retrógrado, estagnado e compíscuo. No íntimo, um nicho que alimentava a lábia, as maquinações noturnas e a retórica particularista de uma sociedade dominada por mandantes e jagunços.

Este, pois, o quadro de uma burguesia truculenta e de uma plebe ignorante² — protagonista de um lugar no submundo das civilizações, lado a lado de uma casta imunda e inundada das piores patologias psicológicas; quadro este dos estamentos da sociedade colonial contra o qual Gastão Cruls arremessa-se feito um ariete, produzindo uma arte comprometedora e conseqüente. Essa percepção do mundo, da vida e dos comitês humanos alinhava o mensageiro crulsiano à margem de uma literatura concubina dos infames sultões do capital, especialmente quando a insubmissão representava, como na melhor fase de Eça de Queirós, um posicionamento anti-clerical e anti-burguês.

Nesses termos, o silêncio do colonizado — **sub-sujeito** assim naturalizado, não se fez sentir. Não podia ser anunciado. Mesmo esse silêncio poderia constituir-se uma ameaça, uma conspiração. Portanto, índios, negros, mestiços e imigrantes igualmente discriminados não gritaram, — tornaram-se dormentes a engolir sob o oráculo da noite os seus soluços. Suas vozes, no extenso período da colonização-neo-colonização, recolheram-se e ainda se encolhem num murmúrio ausente e sem discurso. Da liberdade ficou apenas o misantropo sonhador. Da realidade anterior à colonização escravista apenas os contornos de um cadáver ignoto vivificado pelos tormentos. Seus corações rasgados, os nervos lassos — reina a indiferença nessas almas devastadas. Seus filhos nascem para a prostituição, a violência e a morte. Tudo em tudo se lhes é para amargor, medo, tristeza. A vida lhes sorri com frialdade. Pulsa em convulsões espasmódicas que só fazem luzir epifânios os males de todos os exílios. É um funeral sem cerimônia e todas as esperanças são dor e só saudade. Mas, isso tudo é diferente em algum lugar recluso: as feridas abertas no corpo e na alma lhes servem de alimento, embalam o ideal de liberdade, — o cansaço e a humilhação os fazem mamar do inferno; e, hoje, ainda que aos pedaços e exprimindo-se em articulações que falham, são contudo capazes de avaliar “o sentido da existência” e de condenar a “história”. (KOTHE, 1997. p.367).

Peremptoriamente, o colonizado no Brasil ainda se encontra entre o domínio e a entrega. Mas ainda insiste em existir, tal como as tribos tupis e africanas que, sob o jugo do opressor lusitano, lu-

² E ignorada, portanto, de uma população que não participa da sociedade.

taram às escondidas para preservarem a sua cultura. Dessa luta, nasceu o transe místico que rememora a liberdade de seus ancestrais, o elixir mágico das danças como a capoeira e de rituais como o carnaval. Assim burlaram a vigilância daquele colonizador. Assim continuam — heróis legendários a lutar contra a indiferença através de uma linguagem não armada, mas rítmica e artística.

2 O fato colonial na “Amazônia misteriosa”

Pensemos na Amazônia brasileira como o imenso território que é, transfigurada a partir da perspectiva crulsiana em colônia desejada: terra de cobiça, como se fosse terra de ninguém, e assim representante não de uma parte do território nacional, mas de todo ele; como se o Brasil estivesse obrigado (e ainda hoje não está?) a reclamar e sustentar a sua independência. Ora, o Brasil é o único país-continente na América do Sul e essa particularidade por si só já acarreta considerações as mais diversas e de toda ordem: geográfica, econômica, política, militar etc. Não nos enganemos, pois, os impérios colonizadores têm muita dificuldade em aceitar uma ex-colônia na condição de Nação livre e soberana. Com efeito, à proclamação de independência de uma Colônia, as primeiras avaliações de países autorizados a manifestarem-se contra ou a favor parecem surgir depois de se considerar, politicamente, que benefícios advirão do reconhecimento ou do não reconhecimento. De fato, conforme Bhabha (2001. p.147), o colonizador é um “apaixonado pela posse ilimitada”, de forma que a Colônia se lhe aparece como um dote a ser conquistado. Surge, assim, uma “difícil questão política e psíquica de limite e território” que faz o colonizador se perguntar e inquirir: “**digam-nos por que vocês, os nativos, estão aí**”. (BHABHA, 2001. p.147, grifos do autor).

Ora, o colonizador não esperava encontrar gente na terra a ser colonizada, explorada. Disso emerge, pois, duas necessidades cruciais: a de despovoamento ou **desterritorialização**, e a de repovoamento ou **re-territorialização**. Com a presença do nativo, o colonizador sabe que terá de haver-se com alguns de seus demônios, afinal, nenhum povo pode ser totalmente ceifado da face da Terra como se jamais houvesse existido; que o digam os judeus a propósito dos palestinos. Nesse sentido, ao seguir em frente com seu projeto de colonização, o colonizador fingirá para si mesmo estar fazendo um bem, enquanto deslegitima o nativo. De fato, os territórios de portugueses e espanhóis nas Américas foram adquiridos por duas forças: primeiro, por uma força ao mesmo tempo bruta e fanático-cristã; depois, pela força psíquica da própria palavra **território**, que carrega o semantismo e os impulsos de uma origem dupla: “etimologicamente instável, ‘território’ deriva tanto de terra como de *terrere* (amedrontar), de onde *territorium*, ‘um lugar do qual as pessoas são expulsas pelo medo’”. (BHABHA³, 2001. p.147).

Conquanto, vimos que o fato colonial compreende três planos distintos da enunciação. O primeiro plano é caracterizado pela voz do dominador cuja premissa maior consiste em falar em tom de autoridade inquestionável. O segundo plano, por sua vez, é caracterizado pela voz do colonizado, apenas audível para reverenciar, obedecer e dizer **sim** a seus senhores. Enfim, o terceiro plano é caracterizado por uma voz que destoa dos planos anteriores: trata-se de uma voz que vai jogar com os dois lados do discurso, tentando formar e discernir uma “identidade pessoal”. (BHABHA, 2001. p.131). Trata-se, pois, do despontar de uma voz que reprova a colonização e, ao mesmo tempo, de uma consciência que sabe — mesmo que às vezes se engane — até onde pode ir, num momento e circunstância, em suas reprovações. De fato, assim se pronunciou o narrador crulsiano tomado pelo espírito do asteca Atahualpa, na reedição da edição *princeps* da **Amazônia misteriosa**:

Na tua terra o português não foi menos sanhudo na sua ânsia de destruição. Só neste imenso vale, [...] não se contam as tribos que foram totalmente exterminadas. E assim, por todo o Brasil. Apenas, por lá, as tribos, mais primitivas, ainda não se haviam fixado ao solo e por isso, e só por isso, a luta foi mais surda [...]. (CRULS, 1926. p.171).

³ Baseando-se no livro: **A história da Jamaica**, de E. Long.

Portanto, concluirá o narrador em Atahualpa que eram os portugueses do mesmo caráter dos espanhóis, e que, “em torpitude e selvaticueza, os João Amaro, Maciel Parente, Jeronimo Fragoso nada ficaram a dever aos Almagro, Alvarado e Pedrarias Davila”. (CRULS, 1926, p.171). Nesse ponto, o narrador crulsiano assume uma importante postura avessa ao consciente europeu, inapropriado para expressar a realidade complexa do *ethos* ocupado. A opinião deste se insurge contra os critérios canônicos ou políticos da potência imperial, uma vez que tal manifestação expõe negativamente a índole dos colonizadores.

Outrossim, apesar de mais surdo, o embate entre colonizado e colonizador no Brasil não foi menos funesto que em outras civilizações invadidas e, uma vez conquistadas e deslocadas as populações indígenas por colonos europeus, estes impuseram o uso de seu idioma, contra o que se revolta um narrador-testemunha da **Amazônia misteriosa**, escandalizado “com a idéia de ver uma índia falando língua estrangeira” e julgando “uma perversidade todo o trabalho que a francesa tivera para ensinar o seu idioma a Malila”. (CRULS, 1926. p.179). Não seria preciso dizer, pois, que esse ensino acabou determinando a **substituição** da língua original indígena pela língua européia, arrevezada superior.

Nesse sentido, o deslocamento da linguagem primitiva e natural constitui-se um crime não menos covarde que o da prática descrita, ainda na **Amazônia misteriosa**, de experiências científicas implementadas em solo brasileiro. Trata-se, pois, de práticas desconhecidas, mas ao mesmo tempo consentidas pelo poder oficial, dado o seu descaso. Com efeito, tais experiências se valiam de índios feitos cobaias, ao que o narrador representado chamará de crime, refletindo sobre o hominídeo criado pelo médico e invasor alemão Dr. Hartmann, a partir do cruzamento entre uma índia sexagenária e um coatá: “Agora eu compreendo toda a sua reserva. O senhor tem receio que eu vá denunciar os seus crimes. — Crimes? — Sim, crimes, afirmei resoluto”. (CRULS, 1926. p.208).

A propósito, a reserva do alemão se justificava na necessidade de silenciar o possível delator, incorrendo, assim, e sem qualquer escrúpulo, em mais um crime: o de aprisionamento de quem agora representava o perigo da denúncia. Não obstante, a decisão de fazer prisioneiros a testemunha e seu acompanhante, contribuiu para mais uma idéia do autóctone em relação a seu alóctone:

— Eu não lhe dizia que aquele não sei que diga tinha de ser muito miserável? Aqueles olhos de xexéu não enganam. Lá nos meus mundos a gente já sabe, tipo de olho azul não presta, tem temperamento muito sanguíneo. Seu Doutor entende como é? Não presta não... (CRULS, 1926. p.210).

Pensando nisso, acontecimentos como o forçado desprendimento dos índios às suas línguas e costumes não se deram sem que antes os nativos experimentassem os flagelos da destruição total, preconizada pelo colonizador sob a indistinta alegação de que todos seriam antropófagos:

Os cristãos ficaram revoltados com os casos de canibalismo. A introdução do cristianismo leva à sua extinção. Mas, para conseguir isso, queimam homens vivos! Todo o paradoxo da pena de morte está aí: a instância penal executa o próprio ato que condena, mata para melhor proibir de matar. (TODOROV, 1999. p.216).

De fato, uma matança como a que testemunhou Américo Vespúcio em meio a uma tripulação não por acaso ameaçada por arcos e flechas:

Éramos forçados a combatê-los e no fim do combate os tratávamos mal porque estavam nus e fazíamos entre eles grande mortandade, acontecendo muitas vezes de 16 dos nossos combaterem com dois mil deles e terminarem por desbaratá-los, matando muitos deles e saqueando suas casas. (VESPÚCIO, 2003. p.140).

A esse respeito, Gastão Cruls tece, agora na *Amazônia que eu vi*, diário de viagem escrito por ele durante a *Expedição de Fronteiras* do Marechal Rondon entre 1928 e 1929, e da qual fizera parte, expressivo comentário:

É [...] à nação [Caraíba], muito aguerrida e de ritual impiedoso no sacrifício dos vencidos, que se deve a fama da antropofagia, espalhada mais tarde, pelo conquistador, a todos os outros indígenas. **Calinágua, Calina, Calibe, Caribe** e, finalmente, **Caraíba** foram os vários nomes que se amalgamaram para dar o espantinho **canibal**, de que tanto se serviram espanhóis e portugueses para se exculparem dos atrozes processos usados na **civilização** do nativo. (CRULS, 1973. p.43, grifos do autor).

Sem dúvida, então, os estudos pós-coloniais contribuem para o reconhecimento de constantes distorções geradas pelo imperialismo e ainda sustentadas pelo sistema capitalista hoje, que funciona no Brasil segundo parâmetros estadunidenses adotados. Parece-nos, pois, que o autor de **A Amazônia misteriosa** e de **A Amazônia que eu vi**, — esta, uma narrativa historiográfica que pode ser entendida como prolongamento do romance citado, já adivinhava quando escreveu a seguinte inflexão:

Procurando reconciliação com o meu amigo Monteiro Lobato, no que diz respeito ao seu americanismo à *outrance*, leio, na tradução que lhe devemos, o *Hoje e Amanhã*, de Henry Ford. Justamente agora, faz-se grande grita, sobretudo em Belém, contra as concessões de terras, feitas ao milionário americano, às margens do Tapajós. Não sei em que base foram assinados os contratos, nem tenho em grande simpatia as baforadas de **automática** que com o nome de civilização nos chegam dos Estados Unidos; mas não vejo como se há de combater uma possível imigração ianque quando, anualmente, continuamos a receber muitos milhares de portugueses, na maioria analfabetos. Que será pior, a problemática americanização do Norte ou o constante e atravancador aportuguesamento do Sul? Por outro lado, a natureza amazônica é de tal modo avassaladora que não me espantarei se, dentro em pouco tempo, loiras *girls* forem vistas às unhas no manejo do tipiti, enquanto os seus irmãos andem na salga do pirarucu ou a percorrer as praias de viração. Isto até que o pirarucu indígena passe a figurar como iguaria rara nas latas de qualquer *Libby's* e seja inventada a chocadeira modelo para ovos de tartaruga. (CRULS, 1973. p.47, grifo do autor).

Como sabemos, com a descoberta da borracha sintética veio o declínio da sociedade da borracha na Amazônia brasileira, e ávidos capitalistas deixaram para trás o lixo produzido, levaram o dinheiro e puseram fim ao sonho amazônico do início do século XX. Mas, não tardaram a cobiçar-nos tantas outras riquezas da maior floresta tropical do mundo.

Esse cenário nos deixa ver melhor, hoje, alguns porquês da ainda recente onda noticiada na imprensa televisiva e escrita com respeito a pessoas membros de certas Organizações não governamentais (ONGs), que fincaram em nosso solo bandeiras próprias em lugar do símbolo da soberania brasileira; e, ainda, alguns porquês do interesse estrangeiro sobre as decisões do nosso governo quanto às questões de segurança da Amazônia, envolvendo, por exemplo, desde 2005, as demarcações de terras indígenas nas áreas fronteiriças, como o episódio de repercussão internacional sobre a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol.

Com efeito, a estética crulsiana tece o amálgama de uma ironia ao modelo de civilização européia recambiado para a América Latina, particularmente para o Brasil, como se a iluminação cosmopolita exercesse o beneplácito de um poder de metamorfose do sul-americano em europeu. Mas esse eurocentrismo tosco e paradoxal era sobriamente denunciado por europeus como Herder, Rousseau, Voltaire e Diderot, a exemplo da pintura do francês Honoré Daumier que retrata, no quadro “Vagão de 3ª classe” (1836), a desgraçada sorte quotidiana de europeus malsinados e infelizes, espremidos nas embarcações de ferro sobre trilhos, a fim de carregar, a todo vapor, o progresso da burguesia industrial emergente.

Ao mesmo tempo, o defeito da deficiência racial, visto em nós pelos europeus (e infelizmente não apenas por eles), começa a ser racionalmente escoimado por intelectuais e artistas como Gastão

Cruls. Dessarte, um defeito proposto por uma razão que Tobias Barreto chamou de “mal-educada”. (apud LIMA, 1989. p.192). Apenas, a razão aí ainda não seria a nossa — suposto por certas **civilizações** que não a tínhamos —, mas a própria razão eurocêntrica. Ademais, a ebulição de diversas correntes iluministas como o positivismo, o naturismo, o determinismo e o evolucionismo corroboram ao mesmo tempo uma idéia de progresso do pensamento crítico, mas já de decadência de uma sociedade que, como sabemos, queria para si o *status* feudo-clerical; isto é, a família burguesa mergulhava no escuro e na melancolia da razão dos valores perdidos, extasiada pela hipocrisia da aparência. Inicia-se, pois, como produto dessa efervescência, um estado de neo-colonialismo que cortou as veias da América Latina.

Outrossim, é na miscigenação ou na coabitação de brancos, negros e índios, não necessariamente nessa ordem ou em ordem alguma, que Gastão Cruls compreende a nacionalidade brasileira:

Há de tudo entre a gente que nos rodeia: brancos, pretos, mulatos, mamelucos, cafuzos e caboclos, mas, com exceção do Kirton, mestiço barbadiano que veio dar a Manaus e há alguns anos serve o General, é tudo bem brasileiro, bem fruto da terra que lhes deu origem e não há um só que não demonstre hábitos e costumes genuinamente nacionais. (CRULS, 1973. p.66).

E continua:

Depois que conheci o Nordeste veio-me a convicção, já agora mais revigorada, de que se algum dia tivermos um povo fortemente marcado de brasilidade, palavra de que tanto se usa e abusa no momento, esse povo guarda o seu cadinho no Norte. Sem dúvida, possuímos no extremo-Sul o tipo altamente interessante do gaúcho, mas esse trai muito do castelhano e já começa também a sofrer a influência das imigrações. Isto, para não falar no caravanchará do Rio de Janeiro e São Paulo, babel de muitas línguas, feira de amostras da nacionalidade. Ah! Como seria bom se um governo de mais arrojo levantasse com seus teréns, do Palácio Guanabara para qualquer choupana do Planalto Central! Aí é que pulsa o coração do Brasil, que até hoje se esbofa de encher um pequeno aneurisma, enquanto o sangue não lhe vai a enormes tratos do nosso território. Mas a Avenida Central é tão gostosa e é tão agradável a gente saber que, ali, a dois passos, no Cais Mauá, há sempre um navio que nos poderá levar à Europa em poucos dias... E assim continuaremos os eternos caranguejos de Frei Vicente do Salvador. (CRULS, 1973. p.66).

O desejo de Cruls se realizou. Entretanto, a mudança do governo para o Planalto Central, levada a termo na década de cinquenta do século passado, não fora suficiente para irrigar de brasilidade todas as artérias do território nacional. Afinal, não se esqueceram de carregar para ali a nossa, talvez, maior herança colonial: a corrupção. A propósito, pois, não nos é estranho que

à custa de prebendas, o estrangeiro obtém as concessões, os escândalos se multiplicam, os ministros enriquecem, suas mulheres se transformam em cortesãs, os deputados se arranjam e não há ninguém, nem o agente de polícia nem o guarda da alfândega, que não participe dessa grande caravana da corrupção. (FANON, 1979. p.142).

De todo modo, Gastão Cruls nos revela, entre tantos outros exemplos que poderíamos ainda anunciar, as mazelas da colonização a que sempre estivemos expostos e sujeitos, e o seu temor pela continuidade do atraso no eterno andar para trás, o que nos tornaria miseravelmente dependentes e tributários em relação às potências imperiais. Nesse sentido, o autor escreveu uma literatura de ruptura com padrões **pretensamente** canônicos, negando, através de uma estética que privilegia o discurso do colonizado, a superioridade do colonizador. Dessa forma, Cruls se distancia da idéia de lugar comum segundo a qual

o colonizado consegue [...], por meio da religião, não ter em conta o colono. Através do fatalismo, toda iniciativa é arrebatada ao opressor, atribuindo-se a Deus a causa dos males, da miséria, do destino. Dessa maneira, o indivíduo aceita a dissolução decidida por Deus, avilta-se diante do colono e diante da sorte e, por uma espécie de reequilíbrio interior, chega a uma serenidade de pedra. (FANON, 1979. p.41).

De fato, o quadro tantas vezes pintado na Europa, de índios do Brasil, levados para lá servirem de motivo a risos e espanto da gente branca, revela que os índios eram vistos segundo um juízo de pré-conceito, preconceito e prejuízo da razão eurocêntrica. Por conseguinte, as comunidades resultantes da miscigenação representam justamente as considerações de Fanon na citação anterior. Note-se, entretanto, que o mestiço Pacatuba — companheiro do narrador que conta sua própria odisséia na Amazônia, tem uma opinião em face do colonizador, como vemos abaixo:

— Isso é um povo amundiçado. A primeira coisa que eles fazem é escravizar os bugres, pra ter gente que trabalhe pra eles. E depois, toca a arranjar mulheres. Então, o tal D. Ricardino era mesmo que nem um pai d'égua no meio de seu lote. Não havia índia que chegasse. Seu doutor talvez nem acredite que o não sei que diga, traquejava até as caboclinhas de dez e doze anos. (CRULS, 1926. p.90).

Essa opinião é a de um caráter que reage aos desmandos da colonização. É uma imprecisão num grito engolido, que denuncia e rejeita a aspereza de ser seguro pelo barbicacho, enquanto pessoas da comunidade são violentadas e seus descendentes assegurados de não diferente sortilégio. É, portanto, a opinião de um ser nascido na colônia, que reivindica o direito à recíproca, a ser ouvido com sua própria voz; simplesmente porque, na ausência da desnecessária presença de um motivo mais original, não reconhece a condição de colonizado em um país que se declarou independente.

Conclusão

Oportunamente, e aproveitando-se da suspeição e de uma certa suspensão da moral vigente, as cavas de tumbas, como **A Amazônia misteriosa**, começam, neste trabalho que por enquanto se finda, com um novo olhar de uma crítica que repensa, conforme Adorno e Benjamin, o consentimento e a alienação geral que tomou conta da primeira metade do século XX. Efetivamente, a exaustão dos paradigmas da modernidade, cuja observância remonta aos primeiros anos do século passado e últimos do século XIX, conferiu à teoria Pós-colonial o **motivema** da reconsideração da história contada segundo os dominadores, numa abertura ao olhar dos vencidos. Esse olhar vítreo, vidrado e moribundo vê, através de uma retina implantada (dada a sua distância no tempo), a tela de sua presentificação na agoridade: a fantasmagoria de seu passado e de seu futuro. Nisso, conforma os modos da colonização desde sua aparência mais primitiva, de invasão e posse territorial, até as atuais e sistêmicas marcas de supremacia econômica e cultural, ditadas pelo neo-colonialismo. Desse quadro derogatório, pois, surgem como mais umas, entre vozes que se queriam caladas, vozes enfermiças, posto que insurgentes, de um Brasil suplantado no contexto histórico da América latina, aqui amostradas em alguns destaques de **A Amazônia misteriosa** de Gastão Cruls. Será ainda necessário um novo sacrifício? Se for, de quem será? Até quando haverá convivência com um sistema geopolítico que teima repetir o ciclo de sua messe diabólica, e assim perpetuar o macabro dote do egocentrismo, divinamente justificado pela apologia da inteligência, dos costumes, dos gostos, da moeda e da cultura pretensamente superiores?

Referências Bibliográficas

[1] BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

- [2] CRULS, Gastão Luis. **A Amazônia Misteriosa**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1926.
- [3] _____. **A Amazônia que eu vi**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: INL, 1973.
- [4] FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2. ed. Prefácio de Sartre. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- [5] KOTHE, Flávio. **O cânone colonial**. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- [6] LIMA, Luiz Costa. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- [7] MAIA, Cláudio Silveira. **Gastão Luis Cruls: uma nova recepção**. 2 v. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2005.
- [8] TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- [9] VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.